

## Biocombustíveis

## Nova regulação

Plínio Mário Nastari\*

**A** PÓS INDICAR o seu descontentamento com a alta nos preços do etanol, anidro e hidratado, aos produtores, e o consequente impacto nos preços ao consumidor do etanol hidratado e da gasolina, a presidente Dilma Rousseff assinou no dia 28 de abril a Medida Provisória 532, alterando pontos fundamentais da política de governo para este setor.

Na prática, as mudanças implementadas pelo governo podem ser consideradas bem-vindas e podem representar um avanço em relação à condição anterior, desde que gerem as alterações esperadas. O que não caiu bem foi a ameaça velada, anunciada na forma de um vazamento de informação sobre discussões internas de governo, levando em conta a possibilidade de implementação de duas outras medidas: a redução do teor de etanol anidro misturado à gasolina e uma taxa sobre exportações de açúcar. Estas duas medidas não representam um bom cartão

de visitas para um país, e uma indústria, que mais do que nunca carece de novos investimentos para expansão de sua capacidade industrial, com o objetivo de fazer frente à expansão vertiginosa na demanda interna e externa, por etanol e açúcar.

Toda esta discussão e as mudanças ocorridas tiveram origem na elevação dos preços do etanol entre o fim de fevereiro e o fim de abril de 2011, portanto, num breve período de dois meses.

A elevação de preços do etanol era necessária para que houvesse uma redução no consumo e, com isso, fosse evitado o desabastecimento. A frota, de natureza *flex*, precisava cumprir a sua função de permitir uma alternativa aos proprietários de veículos acostumados a usar etanol, pelo seu preço mais vantajoso durante a maior parte do ano. A redução era necessária, porque, depois de três anos de produção anormal, os estoques de etanol estavam correndo o risco de chegar a níveis

críticos. Em 2008, a produção foi afetada pela crise financeira, em 2009 sofreu com chuvas excessivas que deixaram mais de 40 milhões de toneladas de cana não colhidas e, em 2010, enfrentou o revés de um dos anos mais secos dos últimos tempos, reduzindo o volume de matéria-prima disponível para moagem. As condições se tornaram mais críticas ao ser constatado que a seca de 2010 causou atraso no desenvolvimento fisiológico das canas colhidas entre março e agosto de 2010, alongando o período de entressafra de 2011, pelo fato de não se ter o volume de cana tradicionalmente disponível para o processamento em março e abril de 2011.

Em dezembro de 2010, a Datagro previu que o estoque efetivo de etanol em 1º de maio de 2011 poderia chegar a 529 milhões de litros, volume equivalente a perigosos 7 dias de consumo, quando o recomendável seria um estoque operacional mínimo de 15 dias.

Esta situação não passou despercebida pelo governo, tanto que a ANP alterou temporariamente a especificação do etanol anidro a ser misturado à gasolina, até 30 de abril, permitindo o uso de produto com até 1% de água, viabilizando assim a importação de etanol produzido nos EUA, onde a especificação é mais frouxa que a brasileira, que determina um máximo de 0,5% de água, em volume.

Mesmo com importações de etanol anidro realizadas exclusivamente por produtores, em volume estimado de 228 milhões de litros na região Centro-Sul e 235 milhões de litros na região Nordeste (estimativas da Datagro), o preço do etanol anidro ao produtor atingiu incríveis R\$ 3,00 por litro, e o preço do hidratado chegou a nível inédito de R\$ 1,67 por litro, livre de impostos.



## Inclusão dos biocombustíveis na Política Energética Nacional

A MP 532 insere o termo "biocombustíveis" – ou seja, etanol, biodiesel e outros combustíveis produzidos a partir de vegetais – na Lei 9.478/97, que criou a Política Energética Nacional, e na 9.847/99, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis no País. A MP amplia as funções do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e atribui ao órgão vinculado à Presidência da República todas as ações inerentes aos mercados interno e externo de biocombustíveis. Antes, o CNPE versava apenas sobre petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

A MP amplia o artigo 6º da Lei 9.478/97 e substituiu a definição de biocombustível de "combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna ou, conforme regulamento, para outro tipo de geração de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil", por "substância derivada de biomassa renovável que pode ser empregada diretamente ou mediante alterações em motores a combustão interna ou para outro tipo de geração de energia, podendo substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil, tal como biodiesel, etanol e outras substâncias estabelecidas em regulamento da ANP".

O texto da Medida Provisória inclui ainda dois incisos nesse mesmo artigo que definem a indústria de biocombustível como "conjunto de atividades econômicas relacionadas com produção, importação, exportação, transferência, transporte, armazenagem, comercialização, distribuição, avaliação de conformidade e certificação de qualidade de biocombustíveis;" e a produção como "conjunto de operações industriais para a transformação de biomassa renovável, de origem vegetal ou animal, em combustível".

A partir da promulgação da MP 532, o etanol produzido da biomassa passa a ser um produto energético, não mais agrícola, cuja regulação e fiscalização cabe à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Na parte em que altera a Lei 9.847/99, a MP 532 inclui os biocombustíveis nas normas para o abastecimento, transporte, estocagem, revenda e comercialização de combustíveis no País, bem como na avaliação da conformidade e certificação. A MP inclui também dois parágrafos no artigo 1º da lei, que determina as funções da ANP. Os parágrafos dão à ANP poderes para regulação e fiscalização de toda a cadeia de biocombustíveis e ampliam o controle da agência inclusive sobre estocagem e o comércio externo.

A MP determina que a ANP poderá estabelecer os termos e as condições de marcação dos produtos para sua identificação e exigir o envio de informações relativas à produção, à importação, à exportação, à comercialização, à qualidade, à movimentação e à estocagem dos mesmos. Por fim, o texto inclui os biocombustíveis nas infrações e punições previstas para infrações cometidas pelas indústrias.

A MP também amplia a banda de mistura do etanol anidro à gasolina de 25% a 20% para entre 25% e 18%. A medida dará ao governo mais poderes para reduzir a mistura em épocas de possível desabastecimento do anidro. Na prática, a MP 532 muda o artigo 9º da Lei 8.732/93, o qual determina que a mistura do etanol anidro à gasolina comercializada nos postos é de 22%, podendo variar entre 20% a 25%.

A consequência foi a elevação do preço do etanol hidratado e também da gasolina C, que contém 25% de anidro, em todo o País. A elevação do preço do hidratado causou a esperada migração do consumo na direção da gasolina, o que gerou a necessidade de importação não apenas de anidro mas também de gasolina A, pura. Em abril, a importação de gasolina A chegou a 170,77 milhões de litros. Esta situação irritou o governo, pois, além de afetar o preço dos combustíveis no curto prazo, obrigou a importação de gasolina exatamente no momento em que o preço internacional está mais de 20% acima do preço praticado no mercado doméstico, representando uma importação onerosa para a Petrobras.

Apesar de todo o barulho, a Medida Provisória 532/11 representa um avanço. Ela finalmente inclui o etanol na Política Energética Nacional. Embora o etanol tenha representado em 2010 mais de 45% do consumo de combustíveis do ciclo Otto, em gasolina equivalente, até hoje não fazia parte da Política Energética Nacional.

A ANP terá 180 dias para adequar seus regulamentos à Medida Provisória e vai estabelecer prazos para as empresas ajustarem-se às novas regras. Para esse fim, foi criado pela diretoria da ANP um grupo de trabalho para tratar das medidas para a implantação das mudanças relativas à regulação do mercado de etanol, que deve começar imediatamente seus trabalhos.

Superado o desconforto causado pela

alta de preços no mercado interno, e com preços em queda e já caminhando na direção de níveis de normalidade, com preço do etanol hidratado caindo abaixo de R\$ 1,00/litro ao produtor, fica a certeza de que a comercialização de etanol deve ser melhor estruturada, deixando de ser realizada apenas no mercado à vista. A possibilidade de que a ANP incentive a contratação prévia entre distribuidoras e produtores e a maior utilização de ferramentas de mercado, como o contrato futuro de etanol, deve ajudar a amenizar a sazonalidade e a excessiva volatilidade dos preços, que tanto incomodam consumidores, produtores e governo. ■

\* Mestre e doutor em economia agrícola e presidente da Datagro Consultoria